

MP-SP denuncia Lula por lavagem de dinheiro e ocultação de bens

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-primeira-dama Marisa Letícia e outras 14 pessoas foram denunciados, nesta quarta-feira (9/3), pelo Ministério Público de São Paulo, por crimes envolvendo lavagem de dinheiro e falsidade ideológica ao ocultar bens, como o famoso triplex no Condomínio Solares, em Guarujá (litoral paulista).

Reprodução



Ex-presidente é acusado de ocultar bens.

Também estão na lista de acusados executivos da empreiteira OAS e ex-dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), como o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto — já preso na operação “lava jato”.

O caso entrou na 4ª Vara Criminal de São Paulo e, se aceito pelo juiz de primeiro grau, tornará Lula e os demais acusados em réus. Os promotores Cássio Conserino, Fernando Henrique Araújo e José Carlos Blat afirmam que há irregularidades envolvendo mais oito empreendimentos. Eles pretendem dar mais detalhes da denúncia nesta quinta-feira (10/3), em entrevista à imprensa.

É nessa investigação que os promotores pretendiam ouvir o ex-presidente no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo, [depoimento que acabou suspenso](#) pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, Lula preferiu apresentar defesa por escrito.

Denúncia não se sustenta

Questionada pela **ConJur**, a defesa do ex-presidente, feita pelo advogado **Cristiano Zanin Martins**, declarou que vai esperar a citação para responder a todos os apontamentos em juízo. Também destacou que levará “todo o histórico que revela a parcialidade do promotor Conserino” e que questionará a violação do princípio do promotor natural, [já reconhecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público em julgamento recente](#).

Segundo Zanin, a denúncia apresentada apenas formaliza a antecipação de juízo de valor que o promotor Conserino mostrou quando concedeu entrevista à revista *Veja*. O advogado diz ainda que não sabe se



moverá nova representação contra Conserino no CNMP. “Vou avaliar”, afirma.

“Vamos mostrar a fragilidade dessa acusação, que não se sustenta. Decidiram transformar a visita a um imóvel em ocultação de patrimônio. A família do ex-presidente jamais escondeu que detinha uma cota-parte de um empreendimento da Bancoop, e no fim de 2015, depois de constatar que não tinha interesse em utilizar o crédito decorrente das parcelas dessa cota, pediu pelo resgate dos investimentos, não tendo recebido nenhum valor até a presente data. A família do ex-presidente apenas investiu e nada recebeu desse empreendimento”, finalizou Zanin.

Cota-parte

O ex-presidente e sua mulher, Marisa Letícia, são investigados por supostamente serem donos de um triplex em Guarujá. As apurações também questionam a participação de empreiteiras envolvidas na operação “lava jato” na reforma do imóvel. Os mesmos motivos são citados pelo Ministério Público Federal para investigar o ex-presidente.

Sobre o triplex, a defesa de Lula argumenta que, [mesmo se o imóvel realmente fosse do ex-presidente](#), a investigação deveria ser feita pelo Ministério Público de São Paulo, porque casos envolvendo sociedades de economia mista são de competência da Justiça comum. O argumento foi [levado ao Supremo Tribunal Federal para pedir que as investigações pelos órgãos estadual e federal sejam suspensas até que o STF decida quem é o responsável](#).

Date Created

09/03/2016